Administrativo Digital n.º 10629/2017, tão somente no que tange à predita servidora.

Art. 2º Designar o servidor efetivo VINICIUS GOMES BASTOS, Técnico Judiciário – Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe B, Padrão 6, para exercer a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 104ª Zona Eleitoral – Lapão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir de 7 de janeiro de 2020.

Salvador, 21 de novembro de 2019.

Desembargador JATAHY JÚNIOR

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Republicada em razão de erro material.

Decisões/Despachos

Processo Administrativo Digital nº 6657/2019

D E C I S Ã O

Trata-se de requerimento subscrito pelo candidato Denis Alves de Melo, por meio do qual solicita o cumprimento da ordem de nomeações para convocação dos candidatos portadores de deficiência (Pessoas com Deficiência/PCD), aprovados no último certame realizado por este Tribunal, conforme o Enunciado Administrativo n.º 12 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e diversas jurisprudências de cortes superiores anexadas na inaugural (documento n.º 89798/2019).

Segundo afirma, o site do CNJ disciplina a seguinte ordem para chamamento dos candidatos (PCD): o 1º classificado da lista de PCD, ocupará a 5ª vaga aberta no concurso; o 2º colocado ocupará a 21ª vaga; o 3º, a 41ª vaga; o 4º, a 61ª vaga e assim sucessivamente de 20 em 20, desde que não ultrapassem os 20% estabelecidos pelo parágrafo 2º do artigo 5º da lei 8.112/1990.

Na ocasião a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) apresentou, em síntese, a seguinte informação (documento n.º 104727/2019):

[...]

Cumpra a esta COEDE esclarecer que a lista de convocação de PCDs do Concurso Público 2017 para Provimento de Cargos do TRE-BA atualmente estabelece a seguinte ordem para convocação de PCDs: 5ª vaga, e, em seguida, 25ª vaga, 45ª vaga, e assim sucessivamente, a cada 20 vagas.

Ressalte-se que, no PAD n. 19260/2018, foi determinado o cumprimento de decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0601914-76.2018.6.05.0000, em favor de Danilo Soares Cordeiro, a fim de que o impetrante tenha assegurado o direito à nomeação à 21ª vaga que eventualmente venha a surgir para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária.

Em cumprimento à referida decisão, a SEREDE/COEDE elaborou nova lista de classificação, incluindo a 21ª vaga para Pessoa com Deficiência (PCD), seguindo-se esta ordem para a 41ª vaga, a 61ª e assim por diante, conforme documento n. 267939/2018. No entanto, naqueles autos, conforme determinação constante do documento n. 2790/2019, da Presidência deste Regional, restou estabelecido que "a alteração da ordem de convocação, determinada por esta Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 0601914-76.2018.6.05.0000, apenas alcança a parte impetrante deste, posto se tratar de remédio constitucional individual".

Em cumprimento à decisão da Presidência, constante do documento n. 2790/2019, restou mantida a ordem de classificação originária para convocação de PCDs para todos os cargos do Concurso 2017, conforme a seguir: 5ª vaga, e, em seguida, 25ª vaga, 45ª vaga, e assim sucessivamente, a cada 20 vagas.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídico-Administrativa - ASJUR2, elaborou o parecer n.º 269/2019, nos seguintes termos (documento n.º 151786/2019):

[...]

5.1 A relevância social dos interesses e direitos das pessoas com deficiência conduziu o legislador constituinte originário a estabelecer uma política afirmativa por meio da reserva de vagas, consoante regra a seguir estampada:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade,

- publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

(...)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (destaques adotados)

5.2 Conferindo concretude ao mandamento constitucional, a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, preceitua:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

(...)

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (destaques aditados)

5.3 Ao dispor "sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", o Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabeleceu uma reserva mínima de 5% das vagas do certame, consoante excertos:

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. (destaques aditados)

5.4 Nada obstante tenham sido derogadas as disposições susotranscritas pelo Decreto n.º 9.508, de 24 de setembro de 2018 – o qual "Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta", a reserva-piso fora mantida, como podemos conferir abaixo:

Art. 1º Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever, no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, nas seguintes seleções:

I – em concurso público para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos; e

II – em processos seletivos para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 1º Ficam reservadas às pessoas com deficiência, no mínimo, cinco por cento das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos e para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

(...) (destaques aditados)

5.5 A Resolução TSE n.º 23.391, de 16 de maio de 2013, por seu turno, "Estabelece as normas gerais para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos dos Quadros de Pessoal da Justiça Eleitoral". Vejamos:

Art. 11. Às pessoas com deficiência, devem ser reservados cinco por cento do quantitativo total de vagas de cada cargo oferecido no edital ou das que surgirem no prazo de validade do concurso.

§ 1º Caso a aplicação do percentual de que trata a cabeça deste artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

§ 2º O primeiro candidato com deficiência classificado no concurso será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos. (destaques aditados)

5.6 Ao estabelecer as normas editalícias que regerem o certame, o Edital n.º 1, de 20 de julho de 2017, fixou o limite 5% (cinco por cento) para as vagas destinadas aos candidatos com deficiência:

5. DAS VAGAS RESERVADAS

5.1. AS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA 5.1.1 Das vagas destinadas a cada cargo/área/especialidade e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas na forma do § 2º do art. 5º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, do art. 11 da Resolução TSE n.º 23.391/2013, e da Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.

5.1.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 (sic) deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente ou maior que 0,5 ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por cargo/área/especialidade, nos termos do § 2º do art. 5º da Lei n.º 8.112/1990 e suas alterações.

5.1.1.2 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos/áreas/especialidades com número de vagas igual ou superior a cinco.

6. De acordo com a ordem de convocação informada pela COEDE, a 5ª vaga é reservada para o 1º colocado na lista especial, nomeando-se, a partir de então, um candidato deficiente a cada 20 vagas surgidas, ou seja, o 2º colocado para a 25ª vaga, o 3º colocado para a 45ª vaga e assim sucessivamente.

6.1 Infere-se, claramente, que tal disposição das vagas está calcada numa interpretação literal do § 2º do art. 11, da Resolução TSE n.º 23.391/2013: "O primeiro candidato com deficiência classificado no concurso será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos".

[...]

7. O pedido de cumprimento da ordem de precedência nas nomeações de candidatos deficientes para as 5ª, 21ª, 41ª, 61ª, em ordem sucessiva, de 20 em 20, apresentado pelo Peticionário, fora objeto de didática fundamentação pela Ministra da Suprema Corte Rosa Weber nos autos do Mandado de Segurança n.º 31715/DF, cujos excertos da decisão monocrática integram a motivação do Acórdão lavrado nos autos do Recurso em Mandado de Segurança, tombado no Tribunal Superior Eleitoral sob o n.º 0600171-05.2017.6.18.0000, relatado pelo Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, em situação fático-jurídica análoga, reproduzida a seguir:

Ocorre que, havendo uma única vaga original no concurso, 5% dela é 0,05 vaga. O art. 37, § 2º, do Decreto 3.298/99 obriga o arredondamento dessa fração para o primeiro número inteiro subsequente, o que dá 1. Mas 1 é 100% de uma vaga disponível; portanto, não há vagas para deficientes, dado o teto de 20% das vagas previsto no art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/90.

Suponhamos, porém, que surja uma segunda vaga, como de fato ocorreu. Ora, é evidente que essa segunda vaga não pode ter seu cálculo realizado de forma independente, apenas porque, no aspecto temporal, há solução de continuidade entre as nomeações; trata-se do mesmo edital, mesmo concurso e da mesma lista de aprovados. Tal interpretação resta vedada por absurda, na medida em que ela redundaria na eterna repetição da contagem realizada acima, e da qual jamais resultaria a nomeação de um portador de deficiência, ainda que nomeados centenas de aprovados.

Portanto, considerando-se agora duas vagas no concurso, 5% é 0,1 vaga, que, arredondada para o primeiro número inteiro, dá 1. Mas 1 é 50% de duas vagas; portanto, ainda não há vagas para deficientes, dado o teto de 20%. Surge uma terceira vaga. Agora, 5% é 0,15 vaga, que, arredondada para o primeiro número inteiro, dá 1. Mas 1 é aproximadamente 33,33% de três vagas; portanto, não há vagas para deficientes, dado o teto de 20%. Com a quarta vaga, 5% é 0,2 vaga, que, arredondada para o primeiro número inteiro, dá 1. Mas 1 é 25% de quatro vagas; portanto, ainda não há vagas para deficientes, dado o teto de 20%. Na quinta vaga, tem-se que 5% é 0,25 vaga, que, arredondada para o primeiro número inteiro, dá 1. Ora, 1 é, justamente, 20% de cinco vagas; portanto, todas as regras legais se encontram, aqui, simultaneamente atendidas. A quinta vaga deve ser atribuída à lista especial, não à lista geral, porque atendidas todas as condições.

Embora essa constatação seja suficiente para os limites da controvérsia, proponho seguirmos um pouco adiante com a explanação casuística, o que clareará perfeitamente as condições de aplicação das regras legais, dentro dos moldes decorrentes da legislação e da previsão editalícia o que não impede, evidentemente, que outros concursos disciplinem a questão de forma ainda mais favorável à inclusão dos portadores de deficiência.

Dentro do que estipula o concurso em análise, portanto, na sexta vaga surgida, verifica-se que 5% é 0,3 vaga, o que, arredondada para o primeiro número inteiro, dá 1, o que equivale a aproximadamente 16,66% de seis vagas. Como já houve o preenchimento de uma vaga pela lista especial, na nomeação da quinta posição, não há qualquer desrespeito à garantia constitucional (nos termos em que esta se encontra explicitada na legislação ordinária) e ao edital, com a nomeação de mais um candidato da lista geral.

O mesmo ocorrerá quanto à sétima (aproximadamente 14,28% do total), oitava (12,5%), nona (aproximadamente 11,11%), décima (10%), décima primeira (aproximadamente 9,09%), décima segunda (aproximadamente 8,33%), décima terceira (aproximadamente 7,69%), décima quarta (aproximadamente 7,14%), décima quinta (aproximadamente 6,66%), décima sexta (6,25%), décima sétima (aproximadamente 5,88%), décima oitava (aproximadamente 5,55%), décima nona (aproximadamente 5,26%) e vigésima vagas (5%), quando se atinge o piso previsto no art. 37, § 1º, do Decreto 3.298/99. Nessas situações, a quinta nomeação a partir da lista especial justifica plenamente a nomeação de aprovados da lista geral. Na vigésima primeira vaga, porém, tem-se que 5% delas representa 1,05 vaga. Aplicando-se a regra do arredondamento, ter-se-ão duas vagas previstas para a lista de deficientes físicos, que representam cerca de 9,52% de vinte e uma vagas. Portanto, esta vaga também deve ser ocupada pelo segundo colocado na lista especial. A grande diferença prática entre os resultados apresentados e o sistema de contagem proposto pela autoridade coatora decorre, aparentemente, do fato de que esta procede ao arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente apenas das frações de vagas que, na divisão do número destas por 5%, resultam em valor superior a 0,5. A tal conclusão se chega não apenas pela sequência numérica adotada vagas de nº 10, 30, 50, 70 etc. como pela tabela juntada à fl. 4 das informações (doc. 14).

8. Impende registrar que no âmbito deste Regional fora impetrado por Danilo Soares Cordeiro Mandado de Segurança, com pedido de tutela de urgência em caráter liminar, contra ato do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia consubstanciado no regramento, por meio do edital do concurso, sobre ordem de convocação de candidatos portadores de deficiência aprovados no certame, em suposta dissonância com o quanto estabelecido na Constituição Federal, Lei n.º 8.112/90, Decreto n.º 3.298/1999 e Resolução TSE n.º 23.391/2013.

9. Perfilhando o mesmo entendimento assentado pela Ministra Rosa Weber no MS n.º 31.715/DF, o eminente Relator, Desembargador Jatahy Júnior, votou pela concessão da segurança, nos autos do Mandado de Segurança n.º 0601914.76.2018.6.05.0000. A propósito, eis alguns fragmentos da ementa:

Mérito

As vagas reservadas a candidatos aprovados no concurso para portadores de deficiência devem respeitar os limites de 5% e 20%, consoante Lei n.º 8.112/90, Decreto n.º 3.298/2013 e Resolução TSE n.º 23.391/2013.

A expressão "a cada intervalo de vinte cargos providos" (art. 11, § 2º, da Res. TSE n.º 23.391/2013) deve ser entendida com a contagem iniciada a partir da primeira nomeação, sob pena de ofensa aos limites estabelecidos pela Lei n.º 8.112/90 e Decreto n.º 3.298/1999.

Deve ser proscrita do regulamento do concurso a norma do item 5.1.1.1 do edital uma vez que em dissonância com a legislação de regência, inovando indevidamente no ordenamento.

Ordem concedida para determinar a nomeação do impetrante à 21ª vaga que eventualmente surgir durante a validade do concurso, bem como para determinar que o item 5.1.1.1 do edital não deva ser observado na parte em que prescreve "ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5". (destaques aditados)

[...]

10.3 Relativamente aos efeitos da sentença bem sabemos que podem atingir pessoas estranhas ao processo, dadas as modificações fáticas e jurídicas que produzem, ainda que indiretamente, de modo reflexo, apesar de entendimentos em contrário. Não se pode perder de vista, ademais, que a norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, no presente caso, dar concreção a uma política pública de inclusão social da pessoa com deficiência por meio do trabalho.

11. Diante do exposto, compreendemos, salvo melhor juízo, que por ocasião das nomeações para o provimento dos cargos vagos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, este Tribunal deverá observar, segundo a classificação do candidato na lista especial, a ordem das vagas reservadas para as pessoas com deficiência, de acordo com a inteligência das disposições normativas e à luz de jurisprudência firme do Supremo Tribunal Federal, exatamente como requerido pelo candidato Denis Alves de Melo, e ilustrado na tabela confeccionada pela unidade técnica, ora juntada aos presentes autos: 5ª, 21ª, 41ª, 61ª, em ordem sucessiva, de 20 em 20, cônsono o doc. n.º 267939/2018.

Pois bem. O cerne da questão cinge-se na alegação de que a aplicação das regras, por este Regional, para convocação daqueles candidatos aprovados no último concurso, portadores de deficiência (PCD), não se coaduna com o sistema normativo existente em nosso ordenamento jurídico, estabelecido pela Lei n.º 8.112/1990 e Decreto n.º 3.298/1999 (atualmente Decreto n.º 9.508/2018), bem como a Resolução n.º 23.391/2013 do TSE, que garantem reserva de vagas na proporção de 5% e 20%, àqueles que se enquadram na referida restrição.

Segundo informações prestadas pela COEDE (documento n.º 104727/2019), a convocação de PCDs para provimento dos cargos do Concurso 2017, atualmente estabelece a seguinte ordem: "5ª vaga, e, em seguida, 25ª vaga, 45ª vaga, e assim sucessivamente, a cada 20

vagas", diferentemente do quanto pretendido pelo requerente, que aponta ser de direito, àqueles candidatos, a reserva da 5ª vaga, 21ª vaga, 41ª vaga e assim por diante, desde que não ultrapasse os 20% estabelecidos no §2º, art. 5º da Lei nº 8.112/1990.

Isso porque o TSE regulamenta a convocação do primeiro colocado com limitação (PCD) para a 5ª vaga disponível e para os demais, "a cada intervalo de 20 cargos providos" (§2º, art. 11 da Resolução nº 23.391/2013). Assim, o entendimento de que a contagem para provimento do segundo cargo PCD deva partir dessa 5ª vaga, conduz o candidato à 25ª colocação. Todavia, a interpretação de que a contagem deva iniciar-se da 1ª colocação ofertada, e não da 5ª, garante a 21ª vaga ao segundo candidato PCD aprovado, atende ao predo normativo, ao limite de 20%, teto estatuído pela Lei nº 8.112/1990, igualmente ao Decreto nº 9.508/2018.

Importante destacar, que este Tribunal, ao apreciar o Mandado de Segurança nº 0601914.76.2018, à luz das preditas normas legais e nos termos perfilados na inaugural deste expediente, assegurou à parte impetrante, candidato portador de deficiência, à 21ª vaga para o último concurso desta Casa, todavia, com efeitos apenas àquele demandante do writ, conforme decisão carreada ao documento PAD nº 2790/2019.

Registre-se, ademais, que o entendimento adotado no predo writ foi escorado em caso semelhante, submetido ao Supremo Tribunal Federal ao julgar o Mandado de Segurança nº 31.715/DF, cuja relatoria coube à Ministra Rosa Weber.

Neste contexto, como bem explanado no parecer da Assessoria Jurídico Administrativa (ASJUR2), o qual acolho in totum, e que por isso mesmo, passa a fazer parte integrante desta decisão, e valendo-me do princípio da autotutela administrativa, que permite ao gestor exercer o controle sobre seus próprios atos, entendo pertinente o alinhamento da ordem de nomeação dos candidatos com deficiência (PCD), para o último concurso realizado nesta Casa, às mencionadas interpretações jurisprudenciais, evidenciadas nos autos dos Mandados de Segurança nº 31715/DF e nº 0601914.76.2018, deste TRE.

Com isso, defiro a solicitação constata no documento nº 89798/2019, ficando estabelecida a ordem de nomeação das pessoas com deficiência (PCD) para o Concurso 2017 deste TRE, a teor das disposições contidas na Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 9.508/2018 e Resolução nº 23.391/2013 do TSE, a saber: o 1º classificado da lista de PCD, ocupará a 5ª vaga aberta no concurso; o 2º colocado ocupará a 21ª vaga; o 3º, a 41ª vaga; o 4º, a 61ª vaga e assim sucessivamente de 20 em 20, desde que não ultrapassem os 20% estabelecidos pelo § 2º do art. 5º da lei 8.112/1990.

À Seção de Normas e Jurisprudência de Pessoal (SEJUPE) para ciência.

Após, à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) para adoção das providências cabíveis.

Salvador, 17 de setembro de 2019.

Des. JATAHY JÚNIOR

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 836/2016

1. Trata-se de expediente referente à habilitação de magistrados interessados na titularidade da 118ª Zona Eleitoral, com sede na Comarca Cachoeira, em razão da remoção dos magistrados José Ayres de Souza Nascimento Júnior e José Francisco Oliveira de Almeida, titulares da Vara Cível e Vara Criminal, respectivamente, por meio dos Decretos Judiciários nº 635 e nº 636 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJ/BA, publicados no DJE do TJ/BA em 29.10.2019.

2. Após a adoção das providências pertinentes a habilitação dos magistrados interessados em exercer a titularidade da zona em questão, a Seção de Apoio aos Juízos Eleitorais (SEAJE) informa que o Bel. José Francisco Oliveira de Almeida, Titular da Vara Criminal da Comarca de Cachoeira, habilitou-se à titularidade eleitoral da citada unidade zonal em 07.11.2019, apresentando o respectivo Termo de Posse e Assunção de Exercício naquela Comarca.

3. Considerando tal circunstância, a SEAJE conclui que a habilitação em tela foi protocolizada em 07.11.2019, portanto, dentro do prazo estipulado no Edital nº 54/2019 e, tendo em vista a regularização da Jurisdição Eleitoral da 118ª Zona, com sede na Comarca de Cachoeira/BA, submete-se o presente processo à apreciação superior, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para a designação do magistrado José Francisco Oliveira de Almeida para exercer a função de Juiz Eleitoral da mencionada unidade cartorária.

É o breve relato. Decido.

4. Acerca da matéria sub judice, a Resolução TSE nº 21.009/2002 dá o seguinte tratamento:

Art. 1º A jurisdição em cada uma das zonas eleitorais em que houver mais de uma vara será exercida, pelo período de dois anos, por juiz de direito da respectiva comarca, em efetivo exercício.

(...)

Art. 3º Nas comarcas com mais de uma vara, caberá ao Tribunal Regional Eleitoral designar o juiz de direito que exercerá as funções de juiz eleitoral.

§ 1º Na designação, será observada a antiguidade, apurada entre os juizes que não hajam exercido a titularidade de zona eleitoral, salvo impossibilidade. (grifos aditados)

5. Diante dessas considerações, dispense o Bel. JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA da Jurisdição Eleitoral da 118ª Zona, em razão da Portaria nº 67, publicada no DJe de 26/02/2019, e designe o Bel. JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cachoeira, para exercer, a Titularidade Eleitoral da 118ª Zona, com sede na Comarca de Cachoeira, nos termos da Resolução TSE nº 21.009/2002.

6. À ASSAD, para expedir portaria e publicar decisão. Após, à SEAJE, para a adoção das providências de praxe.

Salvador, 22 de novembro de 2019.

Desembargador JATAHY JÚNIOR

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia